



ACÓRDÃO Nº2175/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11837/2023.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Social de Solidariedade/Fundo Manaus Solidária
- 4- **Exercício:** 2022.
- 5- **Responsável:** Emerson da Silva Castro (Ordenador de Despesa), Dulcinea Ester Pereira de Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6785/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Social de Solidariedade/Fundo Manaus Solidária. Exercício de 2022.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Social de Solidariedade, referente ao exercício financeiro de 2022, sob a responsabilidade da **Sra. Dulcinea Ester Pereira de Almeida**, Presidente do Fundo à época período de 01/01/2022 a 28/03/2022, e do **Sr. Emerson da Silva Castro** – Presidente do Fundo Social de Solidariedade à época, período 01/04/2022 a 31/12/2022, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE;

10.2. Determinar ao Fundo Social de Solidariedade:

10.2.1.a inserção imediata das informações inerentes ao contrato nº 0001/2022 firmado com a empresa LOPES E MARINHO LTDA no Sistema E-contas, assim como, a observância com maior rigor das determinações constantes na Res. n. 13/2015-TCE/AM, sob pena de grave infração a norma legal;



ACÓRDÃO Nº2175/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2.2. observe com maior rigor as finalidades dispostas no art. 1º da Lei Municipal nº 2.389/2019 e se atenha as finalidades ali descritas;

10.2.3. a observância com maior rigor do princípio da economicidade, assim como, os preceitos estipulados na Lei Geral de Licitações Públicas Lei nº 8.666/95 c/c Lei nº 14.133/2021;

10.3. Dar ciência do desfecho atribuído à Prestação de Contas da **Sra. Dulcinea Ester Pereira de Almeida** – Presidente do Fundo Social de Solidariedade (período 01/01/2022 a 28/03/2022) e do **Sr. Emerson da Silva Castro** - Presidente do Fundo Social de Solidariedade (período 01/04/2022 a 31/12/2022).

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral